



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

**COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,  
URBANISMO, REABILITAÇÃO URBANA, OBRAS MUNICIPAIS, GESTÃO DO ESPAÇO  
PÚBLICO, AMBIENTE E HABITAÇÃO  
(3.ª COMISSÃO)**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'G' and several other marks.]*

DATA: **12-07-2024**  
HORA: **21H**  
LOCAL: **Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho**

CONVOCADOS:

- Duarte Rio (PS)
- Fernando Ildefonso (LCF)
- Joaquim Russo (PS)
- José Manuel Freire (CDU)
- José Santos (BE)
- Manuela Duarte (PS)
- Maria Clara Rato (PS) - Secretária
- Paulo Rosário Dias (CHEGA)
- Rui Araújo (PSD) - Coordenador

CONVIDADOS:

- Signatários da Petição: "Justiça no Bairro da Associação de Moradores 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia".

PRESENTES:

- Rui Araújo (PSD) - Coordenador
- Manuela Duarte (PS) - Secretária, em exercício
- Duarte Rio (PS)
- Joaquim Russo (PS)
- José Manuel Freire (CDU)
- Fernando Ildefonso (LCF)
- Paulo Rosário Dias (CHEGA)
- José Manuel Santos (BE)
- Custódia Esperança - Subscritora da Petição;
- Dina Rosa - Subscritora da Petição;
- Esmeralda Rosa - Subscritora da Petição;
- Válder Santos - Subscritor da Petição;

PRESENCAS DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO N.º 6 DO ARTIGO 94.º DO REGIMENTO EM VIGOR:

- Maria Joaquina Matos (PS) - Presidente da Assembleia Municipal
- José Jácome (PS) - 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

AUSÊNCIA: - Maria Clara Rato (PS) - Secretária

HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO: 21.13H

HORA DE ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: 23.30H

ASSUNTO AGENDADO: 1 - Audição dos subscritores da Petição: "Justiça no Bairro da Associação de Moradores 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia".

**REUNIÃO - 12 DE JULHO DE 2024**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

### COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO, REABILITAÇÃO URBANA, OBRAS MUNICIPAIS, GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, AMBIENTE E HABITAÇÃO (3.ª COMISSÃO)

O Sr. Coordenador da 3.ª Comissão, Rui Araújo (PSD), agradeceu a presença dos peticionários e apresentou os Membros da Comissão.

Os presentes, moradores do Bairro da Meia Praia, dirigiram uma Petição, à Assembleia Municipal de Lagos, onde requereram que fosse debatido o assunto «Justiça no Bairro da Associação de Moradores 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia». Na Petição apresentada solicitam a legalização/regularização administrativa das 41 moradias no referido Bairro, solicitando ainda maior segurança da passagem de nível com melhor iluminação, passeios e reposição da paragem de autocarro no lado sul, maior salubridade do Bairro com acessos às moradias e passeios pavimentados para todos, com correto escoamento de águas pluviais, e instalação de um parque infantil para as várias dezenas de crianças e jovens que ali habitam.

Para os moradores deste Bairro a falta de regularização das casas, de melhoramentos não só no centro do Bairro, mas na entrada e áreas circundantes, e a falta de iluminação coloca em causa a segurança de quem lá reside.

Para além disso, a falta de limpeza do lixo, dos esgotos e falta de papeleiras junto à paragem dos autocarros são outros dos problemas diários que estes moradores enfrentam.

Os moradores informaram que, para além do projecto inicial, as casas foram ampliadas devido ao facto das famílias terem aumentados e não terem condições para adquirir outro tipo de habitação.

Fernando Ildefonso (LCF) elogiou a atitude dos moradores e criticou a Autarquia por falta de fiscalização e por ter conhecimento de novas obras e de nada fazer. Chamou também a atenção para a Associação dos Moradores do Bairro 25 de Abril que permite que se avance, ainda hoje, com mais construções ilegais.

José Manuel Freire (CDU) referiu que acompanha o processo há mais de 45 anos e admite que é um processo complicado com propostas na Assembleia da República, Assembleia Municipal de Lagos e Câmara Municipal de Lagos, por parte da CDU. Informou que em 2007, foi aprovado o Plano de Urbanização da Meia Praia que, no seu Artigo 36.º, consta que a zona do Bairro tem de ser naturalizada. Até que a Câmara não altere este Artigo, o Governo vai ignorar a situação e a zona vai ser renaturalizada, em vez de ser manter e reabilitar o Bairro.

Outro problema será com o Ministério do Ambiente em que será necessário desafectar do domínio público para o domínio municipal.

Mais informou que muito mais deveria ter sido feito no Bairro, tal como os arruamentos, sede da Associação, etc., constantes no projeto inicial.

O Sr. José Freire constatou que, em visita com o Arq.º José Veloso, há uns anos, contaram mais 21 casas construídas para além do permitido em projeto.



**COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,  
URBANISMO, REABILITAÇÃO URBANA, OBRAS MUNICIPAIS, GESTÃO DO ESPAÇO  
PÚBLICO, AMBIENTE E HABITAÇÃO  
(3.ª COMISSÃO)**

Paulo Rosário Dias (CHEGA) reforçou que a Petição apresentada é sobre a regularização das 41 moradias originais conforme previsto no programa SAAL que as legitimou, que os moradores do Bairro têm os mesmos direitos à salubridade e segurança que quaisquer outros e atribui responsabilidades à Câmara Municipal pela ausência de limpeza e fiscalização.

Os moradores voltaram a referir que um funcionário da Autarquia ainda esteve com os moradores para reclamar da queixa que foi apresentada na Assembleia Municipal sobre a falta de limpeza e deixaram duras críticas ao profissionalismo e conduta dos funcionários da Eco Ambiente.

Duarte Rio (PS) agradeceu a presença e reforçou que têm o direito constitucional à habitação e a terem espaços condignos para habitarem e referiu que não acredita que a Autarquia não esteja a fazer o melhor para o Bairro.

José Santos (BE) reforçou o apoio do Bloco de Esquerda sempre deu a esta reivindicação e acrescentou que o Bairro não é ilegal, mas que o certo é que ninguém tem escritura disso.

Para Joaquim Russo (PS) esta Petição é um assunto mais complexo que não deve ser tido como arma de arremesso político.

Maria Joaquina Matos, Presidente da Assembleia Municipal, referiu que este Bairro é de génese social com uma localização especial, nas dunas da Meia Praia, e que esta foi uma das razões para que ainda não tivesse sido regularizado.

Admite que esta situação de não regularização deve ser partilhada com os moradores do Bairro que permitem, até à data de hoje, a existência de construções ilegais.

Acrescentou que a Câmara Municipal de Lagos sempre fez o seu papel, mas que, ainda não conseguiu regularizar a situação.

Foi criado um Centro Comunitário para dar apoio ao Bairro e algumas melhorias.

José Manuel Freire (CDU) voltou a intervir acrescentando que o projecto inicial permitia a ampliação das casas em mais um ou dois quartos, dentro do perímetro atribuído, mas que depois com o fim das equipas SAAL e com a passagem da responsabilidade para as Câmaras Municipais, deixou de haver acompanhamento.

Maria Joaquina Matos, Presidente da Assembleia Municipal, acerca da atuação das Autarquias, voltou a referir que só foi feito o que foi permitido por outras instituições.

Os Membros da 3.ª Comissão agradeceram a presença dos representantes dos Peticionários.

E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os presentes.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large blue scribble and the initials "Dn."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

**COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,  
URBANISMO, REABILITAÇÃO URBANA, OBRAS MUNICIPAIS, GESTÃO DO ESPAÇO  
PÚBLICO, AMBIENTE E HABITAÇÃO  
(3.ª COMISSÃO)**

Lagos, 12 de julho de 2024

O COORDENADOR,

A SECRETÁRIA, EM EXERCÍCIO,

OS MEMBROS DA COMISSÃO,